

[NOMINATA] – CEPAL, UNFPA, PRESIDENTE, DELEGAÇÕES

## RELATÓRIO PRELIMINAR DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CONSENSO DE MONTEVIDÉU

### **BRASIL**

#### 1.1 Processo de Elaboração do Relatório Preliminar

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório Brasileiro de Acompanhamento sobre a implementação do Consenso de Montevideo. Este é um relatório preliminar, fruto do trabalho conjunto de governo e sociedade civil, tanto na definição da estrutura do Relatório quanto nas etapas de elaboração do mesmo. Esse processo será ampliado no curso da construção da versão definitiva do informe, que será apresentada na III CRPD. O resultado é um retrato dos avanços alcançados e dos desafios que temos pela frente, que deverão continuar orientando os trabalhos da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD), instância responsável pela formulação de políticas públicas e pela implementação de ações integradas relativas a população e desenvolvimento nos próximos anos.

O Brasil participa ativamente das reuniões da Comissão de População e Desenvolvimento (CPD), e tem buscado incorporar as deliberações nas políticas nacionais. O Brasil engajou-se decididamente na construção do Consenso de Montevideo e continua comprometido com sua agenda na sua integralidade. Ademais, o Consenso de Montevideo é, em essência, um plano de ação que, pela convergência com os princípios da Agenda 2030 e com os ODS, contribuirá para o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países da América latina e Caribe.

**Tema A - Integração plena da população e sua dinâmica no desenvolvimento sustentável com igualdade e respeito aos direitos humanos**

No que concerne aos temas do Consenso de Montevideo, com relação ao tema A, o Brasil destacou-se no combate à pobreza extrema. Considerando a linha monetária estipulada pelos Objetivos do Milênio, equivalente a \$ 1.25 per capita por dia, o percentual de pobres recuou de 16% em 1990 para pouco menos de 4% em 2015. O país atingiu a meta de reduzir a pobreza extrema pela metade em 2005 – uma década antes do prazo final.

Os programas sociais desempenharam papel relevante nessa redução. O Programa Bolsa Família, por exemplo, reduziu a extrema pobreza em mais de 28% nos primeiros dez anos de atividade, com uma contribuição relativa de mais de 12% para a queda da desigualdade. Contudo, o principal fator responsável por esse avanço foi o aquecimento do mercado de trabalho, aliado à política de valorização do salário mínimo, em ambiente de estabilidade econômica. Em uma década, o rendimento do trabalho contribuiu para a redução da desigualdade em mais de 50%, mudando o cenário da pobreza no Brasil. Um dos efeitos paralelos das políticas sociais de combate à pobreza e inclusão social foi a ampliação do acesso a determinados serviços públicos de saúde e assistência social a maior parte da população.

A partir de 2014, esse ciclo virtuoso foi interrompido pelos desequilíbrios macroeconômicos, com conseqüente queda do Produto Interno Bruto (PIB) e aumento da taxa de desemprego - entre 2013 e 2017, o PIB *per capita* real caiu mais de 9 pontos percentuais (p.p.) e a taxa de desemprego subiu de 4,3%, em 2013, para atuais 12,8%.

A crise econômica demandou a adoção de reformas estruturais, necessárias para a retomada do crescimento e o equilíbrio das contas públicas. As reformas estão sendo empreendidas sem perder de vista o compromisso com a erradicação da pobreza e com a revalorização de programas sociais de comprovado êxito, como o Bolsa Família, e iniciativas novas, como o Programa Criança Feliz, que busca promover o desenvolvimento integral de crianças de zero a 6 anos. Esses

programas contribuem, igualmente, para a diminuição da desigualdade territorial. O maior desafio é retomar o emprego com maior inserção das atividades formais, cujas características priorizem a população mais vulnerável.

Identificamos desafios. A desigualdade de renda sofreu uma redução constante mas permanece muito alta. Embora o acesso a serviços públicos tenha se expandido, ainda há muito a avançar, em particular, com relação à qualidade desses serviços, notadamente nas áreas de educação e saúde. As desigualdades regionais, raciais e de gênero diminuíram, mas requerem esforço intenso para serem superadas. É imperativo, ademais, conciliar crescimento econômico inclusivo com a preservação ambiental. Tudo isso enquanto o país vive os estertores da transição demográfica, projetando que na próxima década se atingirá as menores taxas de dependência da história. Diante desses desafios gigantescos, o governo está determinado a superá-los por meio da adoção de um modelo econômico sustentável, sem perder de vista a afirmação dos direitos humanos, o respeito à diversidade e a preservação do meio ambiente.

### Direitos, necessidades, responsabilidades e demandas de crianças, adolescentes e jovens

Passando ao capítulo B, o Brasil passa por um período de transição demográfica desde os anos 1950. Essa tendência aponta para uma queda de cerca de 10,0 milhões no número de crianças na população brasileira nos próximos 20 anos, o que representa uma média de 500 mil crianças e adolescentes a menos a cada ano.

A população de 15 a 29 anos no Brasil ficará em torno de 50 milhões até 2023, quando começará a decrescer. Esse grande contingente de jovens demandará fortes investimentos em formação e capacitação desse novo capital humano, que deverá estar preparado para o momento de envelhecimento populacional.

O País tem avançado nas políticas para crianças, adolescentes e jovens, no sentido do Consenso de Montevideo.

Entre os principais avanços, citamos: a redução continuada da mortalidade infantil, a universalização do ensino fundamental, a redução do trabalho infantil e o marco legal definido pelo Estatuto da Juventude, em 2013.

No campo dos direitos sexuais e reprodutivos, o principal desafio é a prevenção da gravidez precoce não intencional, que poderá ser enfrentada com a adoção de políticas e programas de educação integral para a sexualidade, como o Programa Saúde na Escola.

Outro desafio é o alto índice de homicídios de adolescentes e jovens, especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos.

Ainda que reconheçamos que na área de proteção dos direitos da criança, adolescente e jovem o Brasil possui uma legislação avançada, temos consciência de que a luta pela conquista da proteção integral de crianças e de adolescentes e pela promoção dos direitos da juventude não se encerra pelo reconhecimento formal de direitos pelo Estado. Esse desafio demanda envolvimento constante por parte do governo e da sociedade para permitir que crianças, adolescentes e jovens brasileiros tenham melhoras expressivas em sua qualidade de vida, possibilitando-lhes um futuro melhor.

### 1.1 Envelhecimento, proteção social e desafios socioeconômicos

No outro extremo da estrutura etária, um das principais consequências do processo de transição demográfica é o envelhecimento populacional, que está acontecendo de forma rápida. De 2012 a 2062, a proporção de pessoas com 65 anos ou mais deve quadruplicar, passando de 7% para 28% da população total.

O desenvolvimento de políticas direcionadas às pessoas idosas vem sendo aperfeiçoadas, de forma a garantir um envelhecimento com maior qualidade de

vida e capacidade funcional. Merecem destaque o Benefício de Prestação Continuada, que garante renda mensal de um salário mínimo a pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de pobreza; e o enfrentamento das doenças crônicas, por meio das políticas de imunização, especialmente contra influenza, e pela disponibilização de medicamentos e insumos.

Com base no Estatuto do Idoso, tem sido realizados estudos e campanhas de enfrentamento à violência. Em 2010 foi criado o Disque 100 – Módulo Idoso, com o objetivo de oferecer à população um canal de denúncia de violações de direitos das pessoas idosas. Em 2016, foi criada a Secretaria Nacional de Promoção da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Como em outros países da região, os cuidados de longa duração constituem um desafio para o Brasil, a ser solucionado por meio da atuação coordenada de famílias e Estado. O Brasil foi um dos primeiros países a assinar a Convenção Interamericana de Direitos das Pessoas Idosas, em 2015, cujo texto encontra-se em processo de internalização.

### [Acesso Universal aos Serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva](#)

O acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva é garantido pelo Sistema Único de Saúde. A ampliação do acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva possibilitou que mulheres e homens adultos, jovens e adolescentes possam adquirir gratuitamente métodos anticoncepcionais, incluída a anticoncepção de emergência, testes rápidos de diagnóstico de HIV. Desde 2011 o País conta com uma Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT.

Para atender a população adolescente em suas necessidades de saúde, implementou-se a Caderneta de Saúde do Adolescente e a Agenda Proteger e Cuidar nos serviços de saúde contribuindo para a redução da gravidez não intencional, das DST e ações voltadas a saúde do homem jovem e adolescente na sua co-responsabilidade nos eventos reprodutivos.

Em que pesem todos esses avanços, a mortalidade materna permanece um grande desafio à saúde pública, principalmente entre as mulheres negras. O País tem investido na mudança do modelo de atenção obstétrica e neonatal.

No enfrentamento da violência contra as mulheres, em particular àquelas em situação de violência sexual, a legislação assegura o atendimento pelo SUS para fins de interrupção da gestação nos casos previstos em lei (violência sexual, risco de vida materna e fetos anencefálicos), bem como para aquelas que procuram os serviços hospitalares em situação de abortamento.

### Igualdade de Gênero

No que se refere à promoção da igualdade de gênero, as mulheres representam 51,5% da população brasileira sendo 46,4% brancas e 52,7% eram negras e pardas. Apesar de estudarem mais do que os homens ainda persiste a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, nas organizações, na política, entre outros.

Apesar de responderem por 42,8% de todos os trabalhadores brasileiros, elas recebem apenas 72,8% do rendimento médio mensal para as mesmas funções evidenciando uma significativa diferença entre os salários de homens e mulheres. O trabalho doméstico remunerado ainda é uma ocupação tradicionalmente dotada de baixo valor social e nicho de mulheres e meninas negras, apesar dos avanços recentes obtidos nos direitos dessa categoria e com um importante contingente feminino na informalidade.

Na dimensão da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão as desigualdades ainda persistem. Com apenas uma ministra de Estado, o Brasil ocupa a 167ª posição no ranking mundial de participação de mulheres no Poder Executivo e a posição 154ª no ranking de participação de mulheres no Congresso nacional que não chega a ser de 10% .

Neste campo iniciativas governamentais estão fomentando a discussão sobre as relações de gênero no âmbito escolar, assim como o exercício e a ampliação dos direitos das mulheres, mediante a inclusão da perspectiva de gênero em políticas públicas de educação

No tocante à violência, problema que atinge mulheres de diferentes classes sociais, raça/etnia, o Brasil mantém a central de Atendimento e criou o Programa Mulher Viver Sem Violência, lançado em março de 2013 e a Casa da Mulher Brasileira para atendimento integral as mulheres em todas as áreas.

Um importante avanço na legislação foi a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) que qualifica o crime de homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos; (ii) a Política Nacional de Atenção às Mulheres em situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.

Ainda no enfrentamento as violências, destacamos que outro importante desafio é o enfrentamento a fobia e ao preconceito em relação a população LGBT. Atualmente, o Brasil possui um dos maiores índices de homicídios de travestis e transsexuais no mundo.

### **Tema G - Desigualdade territorial, mobilidade espacial e vulnerabilidade**

Com relação à desigualdade territorial, mobilidade espacial e vulnerabilidade, a ampla extensão territorial do Brasil potencializa os desafios e a desigualdade social entre as regiões e territórios do país. No entanto observou-se redução da desigualdade entre os municípios na última década.

Os avanços conquistados pelo Brasil na redução das desigualdades sociais nos territórios são resultado de investimentos em saneamento básico e infraestrutura.

### **Migração internacional e a proteção dos direitos humanos de todas as pessoas migrantes**

#### **MIGRACIONES**

El flujo de migrantes y refugiados hacia Brasil ha aumentado de manera significativa en la última década, provenientes principalmente de América Latina, Caribe y el Medio Oriente. De 2010 a 2014, el número de migrantes que llegaron a Brasil aumentó más de 14 veces. Para atender a las condiciones particulares de haitianos, sirios y venezolanos, se han desarrollado procedimientos excepcionales de visas por razón humanitaria y otros visados especiales.

En mayo de este año fue decretada la nueva Ley de Migraciones, que avanza en relación a la defensa y protección de los derechos humanos de todas las personas migrantes, incluso en lo que se refiere a los derechos políticos. La política migratoria nacional está fundada en el repudio a la xenofobia y el racismo; la no criminalización de la migración; la acogida humanitaria; y la inclusión social en el trabajo, salud, educación y seguridad social, entre otros, con igualdad de tratamiento y oportunidad a las personas migrantes. Asimismo, en 2016 fue decretada una ley que refuerza la prevención y la punición al tráfico interno e internacional de personas y prevé la protección de las víctimas.

En las discusiones del Pacto Global de Migraciones Seguras, Regulares y Ordenadas, Brasil viene defendiendo los mismos principios, con énfasis en el papel positivo de los migrantes en el desarrollo de los países de origen y de destino.

Entre las iniciativas nacionales en esa materia, citamos la instalación, en 2014, del Centro de Referencia y Atención a Inmigrantes de São Paulo – hoy día hay 17 Centros de Atención Humanizada al Migrante y 16 Núcleos de Enfrentamiento al Tráfico y a la Trata de Personas en funcionamiento en el país; el derecho de los residentes extranjeros mayores o discapacitados al Beneficio de Prestación Continuada; el acceso universal al Sistema Único de Salud; los programas de inserción laboral y estímulo al emprendedorismo asociados a la enseñanza del idioma portugués. El Acuerdo de Residencia de Mercosur hizo



más fácil la inclusión de los nacionales de países del bloque en el mercado de trabajo, mientras el Convenio Multilateral Iberoamericano de Seguridad Social facultó el acceso a los sistemas de seguridad entre diferentes países por reciprocidad, bajo la firma de acuerdos bilaterales.

Para un mejor planeamiento y gestión de las políticas migratorias, es necesario tener más datos e informaciones relativas a las personas migrantes. El alto grau de movilidad de las personas migrantes de un lado aumenta su vulnerabilidad y de otro dificulta el conocimiento adecuado de su perfil. Por eso, el reto que tiene Brasil es generar información fidedigna sobre la población migrante, con vistas a diseñar las políticas públicas adecuadas.

## INDÍGENAS

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população indígena do Brasil é da ordem de 896.917 indígenas, que representa cerca de 0,5% do total da população brasileira. São provenientes de 305 etnias e falam 274 línguas. Ademais, Cerca de um terço dos povos indígenas vivem em zonas urbanas, 64% vivem na zona rural e, destes, a grande maioria vive em terras indígenas.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar de 2015 apontam que cerca de 20% da população indígena é considerada pobre ou extremamente pobre. Em setembro de 2017, existiam 113.879 famílias indígenas beneficiárias do Programa Bolsa Família, distribuídas pelas cinco grandes regiões do País.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vinculada ao Ministério da Justiça é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, cabendo-lhe promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas, bem como coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados.

Os povos indígenas têm direito a educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Em 2015, apenas 7,2% dos jovens indígenas com mais de 25 anos haviam concluído o ensino superior. Para superar esta desigualdade, estão em vigor políticas de ação afirmativa que garantem a reserva de vagas para indígenas em algumas universidades públicas.

As políticas de atenção à saúde indígena vêm mostrando alguns resultados. Por exemplo, o coeficiente de mortalidade infantil indígena teve uma redução significativa, passando de 43,46 óbitos de crianças com menos de um ano de idade por mil nascidos vivos, em 2013, para 29,5, em 2016.

Por outro lado, o subregistro das crianças indígenas ainda é muito expressivo. Apenas cerca de 60% das crianças indígenas são registradas em seu primeiro ano de vida. O Brasil vem desenvolvendo ações para reduzir o sub-registro civil de nascimento, bem como a garantia do acesso à documentação básica para os povos indígenas.

Outro grande desafio é a regularização das terras indígenas. Atualmente, as terras indígenas regularizadas totalizam cerca de 12% do território nacional. Para a garantia dos direitos territoriais, conforme incluído no Consenso de Montevideo, o governo tem se comprometido a manter políticas que visem a pacificação de conflitos territoriais entre povos indígenas e fazendeiros, por meio do aperfeiçoamento de mecanismos de mediação de conflitos e criação de grupos com participação dos governos estaduais, municipais e federais.

### Afrodescendentes

Em 2015 a população de afrodescendentes correspondia a 53,9% da população brasileira. Observou-se aumento do número de pessoas que se autodeclararam negras (pretos e pardos) a partir de 2003, sendo que em 2004 o percentual era de 47,9%. Essa mudança acompanhou a implementação de políticas focalizadas para a população negra, motivadas pela Conferência de Durban.

A participação da sociedade civil tem sido essencial para o desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial. O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, e regulamentado em 2013, busca garantir que as políticas de enfrentamento ao racismo sejam implementadas nos estados, municípios e no Distrito Federal.

A Ouvidoria (Ombudsman) da Igualdade Racial é um mecanismo de recebimento e encaminhamento de denúncias da sociedade relacionadas aos crimes de racismo e injúria racial. Em 2016, o serviço telefônico de denúncias (Disque 100) foi aprimorado para receber denúncias de violência contra jovens, mulheres e população negra em geral, bem como contra comunidades quilombolas, de terreiros, ciganas e de religiões de matriz africana.

Entre as políticas de ação afirmativa em vigor, destacam-se as leis de reserva de vagas para negros em universidades públicas a partir de 2014, no serviço público federal. Outro importante avanço foi a regulamentação, em 2015, do trabalho doméstico remunerado, realizado prioritariamente por mulheres negras e pobres.

Um importante desafio é manter a pauta da igualdade racial na agenda pública, a despeito das diversas reformas administrativas.

Um dos problemas fundamentais para a população negra encontra-se nas diferenças ainda existentes na remuneração em relação às pessoas brancas. Já falamos da magnitude do problema do homicídio dos jovens negros. No caso das mulheres negras, a situação também é preocupante, considerando que a taxa atinge 5,2 mortes para cada 100 mil mulheres negras.

O perfil da população carcerária aponta que, em 2014, 55% dos presos tinham entre 18 e 29 anos e 61,7% eram negros.

Por fim, observa-se que nos últimos anos tem havido também um aumento nos casos de intolerância religiosa associados ao racismo – dado que a maioria dos casos tem ocorrido contra as religiões de matriz africana.

Para efetivar os compromissos assumidos pelo Consenso de Montevideo, o Brasil vem envidando esforços em todas as áreas, mas está consciente dos desafios que ainda precisa ser superados pelo trabalho conjunto de governo e sociedade civil.